



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 16 de junho de 2012

<b>A CRITICA</b> Condição de trabalho no PIM causa doenças .....	1
ECONOMIA	
<b>A CRITICA</b> Reação .....	2
ECONOMIA	
<b>A CRITICA</b> Reestruturação .....	3
ECONOMIA	
<b>A CRITICA</b> Rogério Pina .....	4
OPINIÃO	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Contexto .....	5
OPINIÃO	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Entidades empresariais repudiam ataque à ZFM .....	6
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Amazonas .....	7
ECONOMIA	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Gradiente .....	8
ECONOMIA	
<b>MASKATE</b> Opinião .....	9
OPINIÃO	
<b>MASKATE</b> Dilma empresta R\$ 10 bi a estados .....	10
POLITICA	
<b>MASKATE</b> Dilma empresta R\$ 10 bi a estados (continuação) .....	11
POLITICA	

## Condição de trabalho no PIM causa doenças

CIMONE BARROS

cimone@acritica.com.br

Depois do trabalho no combate às fraudes na intermediação de mão de obra e de temporários no Polo Industrial de Manaus (PIM), o Ministério Público do Trabalho (MPT-AM) está priorizando o ambiente de trabalho. No órgão existem mais de 700 procedimentos na área, liderados pela indústria e construção civil, e que serviram de subsídio para a implantação do projeto Saúde e Segurança do Ambiente de Trabalho no PIM. Confira abaixo a entrevista com o procurador do Trabalho, Jorsinei Dourado do Nascimento, 31.

### Como estão as investigações no ambiente de trabalho no PIM?

Nós já levantamos todas as informações necessárias, como quantitativo de trabalhadores que foram afastados e encaminhados ao INSS, os afastados, mas que não foram para o INSS, as informações do INSS para saber quais os benefícios que essas pessoas receberam (se foi acidentário ou de natureza comum). Agora estamos fazendo o cotejo, a análise das informações. Existe um grupo de empresas de vários segmentos sendo investigadas para depois tomarmos as medidas.

**Qual a proposta do projeto?**  
As conclusões das investigações certamente resultarão em medidas que irão tratar da modificação do meio ambien-

te de trabalho que existe hoje dentro do PIM. A condição atual está adoecendo os trabalhadores, seja porque a jornada é excessiva, seja por conta de inadequações dos postos de trabalho em relação à segurança e medicina do trabalho. E, paralelamente, será feito um trabalho junto ao INSS, que em alguns casos tem deixado de aplicar a legislação que reconhece de imediato o acidente no trabalho para o trabalhador, que aparece com determinadas doenças vinculadas aos segmentos econômicos das empresas.

### Que trabalho é esse?

Desde 2007 existe uma lei chamada de Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), que criou uma relação entre os segmentos econômicos e doenças, através do Código Internacional de Doenças (CID) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A lei chegou à conclusão que determinadas áreas econômicas geram determinadas doenças. Então, se trabalho num segmento e apareço com uma alguma doença relacionada, automaticamente a lei reconhece aquilo como um acidente de trabalho, invertendo o ônus da prova.

### Como era?

Antes, o trabalhador ia para o INSS e tinha de comprovar se aquilo era acidente ou não. Hoje a lei presume a doença e o INSS não pode se recusar a aplicar isso. É cabe à empresa provar dentro do prazo estabelecido que aquilo não foi acidente de trabalho. Assim, o trabalhador vai para o INSS independente

**Perfil**

**Jorsinei Dourado**

---

**IDADE:** 31 anos

**NOME:** Jorsinei Dourado do Nascimento

**ESTUDOS:** Bacharel em Direito (Ufam) e Especialista em Direito Tributário, Financeiro e Previdenciário (Ufam).

**EXPERIÊNCIA:** Policial Civil, servidor da Justiça Federal, Juiz do Trabalho (PA), ex procurador-chefe do MPT-AM e atual procurador do Trabalho no órgão.

de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), que tinha muito problema, seja porque a empresa não concedia, porque os sindicatos não eram tão efetivos, seja porque o trabalhador desconhecia a legislação. E o INSS, antes, só concedia benefício acidentário se houvesse a CAT. Como não havia, o trabalhador ficava prejudicado e não recebia o benefício acidentário.

### Se a lei não é aplicada, quais os prejuízos ao trabalhador?

O INSS precisa cumprir integralmente com essa legislação porque o trabalhador sai prejudicado se o benefício não for acidentário: ele sai sem a estabilidade de 12 meses e a falta de recolhimento do FGTS durante o afastamento. Outro prejuízo é que a jurisprudência da Justiça do Trabalho, nas questões das indenizações por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho, tem condicio-

nado esse pagamento de indenização ao afastamento do trabalhador por mais de 15 dias, desde que tenha recebido o benefício de natureza acidentária.

### A indústria lidera os acidentes de trabalho?

Possivelmente sim. Mas os dados do INSS (assim como de outros órgãos), não são tão precisos, porque tem uma retenção de informação dentro da própria empresa. No primeiro ano que foi implantada a lei, houve um acréscimo de 30% de acidentes de trabalho no INSS. A subnotificação, apesar do INSS ter de reconhecer, ainda há porque a empresa que tem número de acidente elevado em relação à media do segmento dela, passa a ter um aumento na tributação. E se for o contrário há redução da tributação.

### Por que há resistência do PIM em investir em saúde e segurança do trabalho?

As empresas têm de modificar a sua estrutura de trabalho e isso pode influenciar na produção. Então as empresas privilegiam o fator econômico em detrimento do humano. E quem está sofrendo com isso é a sociedade, porque todo esse trabalhador que não é assistido pelo INSS ficará desempregado porque não serve mais para o mercado, ele terá de ser tratado no SUS e quem vai pagar por tudo isso somos nós, com o seguro desemprego, o SUS. Há um fator social muito grande.

### Como avalia a qualidade do emprego gerado pelo PIM?

Há um embate entre o discurso

da Suframa e o Ministério Público do Trabalho. A Suframa sempre divulga o crescimento de postos de trabalho (nada contra isso) e nós temos a preocupação não só com quantidade, mas com a qualidade. É importante que o PIM continue crescendo, produzindo, mas com o pleno emprego, como a Constituição exige, no qual o trabalhador vai para o ambiente de trabalho e depois volta para casa com o sustento da sua família, a sua saúde, o seu corpo preservado.

### Qual o prazo para finalizar o procedimento?

Abrimos em março deste ano com um grupo de empresas, as maiores dos principais segmentos. Fizemos um estudo dentro das denúncias que temos na Procuradoria, mas trabalhamos sob o ponto de vista coletivo. No individual não resolve o problema, visto que os trabalhadores continuam adoecendo e o que devemos é mudar as condições do ambiente de trabalho dos trabalhadores. Estamos na análise de documentos e em dois meses terel um primeiro contato efetivo com as entidades para buscar uma solução amigável, nesse momento.

### O alto índice de acidente de trabalho no PIM é o que está contribuindo para a vinda da Fundacentro?

Sim. A Fundacentro é um órgão de produção de tecnologia de segurança e medicina do MTE. E a Suframa concedeu o terreno, o Governo Federal liberou o recurso, e isso será muito importante porque hoje não temos nenhum órgão capaz de produzir,

principalmente na parte de ergonomia, tecnologia ou relatórios técnicos para saber onde se pode trabalhar para fazer isso ou aquilo. Por isso, o trabalho do MPT também vai passar por uma consulta da Fundacentro, para a produção de soluções tendo em vista os problemas de Manaus.

### Como está a situação da construção civil?

Neste setor temos problemas ligados à ergonomia e sobrepeso, por exemplo, que vão aparecer ao longo dos anos, mas aqui o mais grave é o risco de acidentes que levam à morte instantânea, como queda e eletrocussão. E o que tem acontecido muito é morte decorrente de queda. Nesse ponto é bom chamar atenção das empresas que, a partir de setembro, entrará em vigor a Norma Regulamentar nº 35 (NR 35) do MTE.

### O que estabelece a NR 35?

Essa norma regulamentar estabelece novas regras para o trabalho em altura. Quem trabalhar numa altura acima de dois metros, obrigatoriamente tem de seguir a risca o que está lá: plano de autorização, o trabalhador terá de fazer treinamento com carga horária mínima sobre regras de trabalho, tem de ter ficha de autorização indicando que foi submetido aos testes, terá quantidade de horas que ele pode trabalhar e todas as condições de segurança. Se a empresa não cumprir as obrigatoriedades, poderá ser embargada ou até interdita.

Reação

# Fieam e Ciem rebatem

Entidades repudiaram ataque desferido por Fernando Figueiredo, da Abiquim, contra a ZFM

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) e o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Ciem) repudiaram ontem, por meio de nota, mais uma tentativa de ataque que coloca dúvidas sobre o modelo Zona Franca de Manaus e até a importância do Supremo Tribunal Federal (STF).

As entidades rebateram o presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, que em artigo assinado no "O Estado de S. Paulo", edição da última terça-feira, questiona a viabilidade e importância deste polo de desenvolvimento, com ataques sem fundamento sobre as operações industriais aqui desenvolvidas.

Segundo o presidente em exercício da Fieam, Athaydes Marino Félix, o Amazonas está sendo colocado em questão por ter se manifestado favorável à Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 69, do STF, que tem por objetivo eliminar a guerra fiscal, "esta sim, danosa para o País e os Estados", disse ele.

"A Suprema Corte tem derrubado a concessão de incentivos sem amparo legal e quer estabelecer um rito jurídico sumário para estes casos", explicou Athaydes



Athaydes Mariano, da Fieam, não gostou do que disse Fernando Figueiredo

Félix. Como manda a legislação, os incentivos do ICMS somente podem ser concedidos pelo Estado se aprovados pelo Confaz. Caso contrário, cria-se um cenário confuso para a atratividade das empresas.

Ele analisa que, ao se posicionar contra o STF e a ZFM, a Abiquim defende os interesses de poucos em detrimento da maioria e ajuda a criar uma instabilidade jurídica prejudicial aos investimentos.

**CONTEXTO**

O caso ocorre em meio à discus-

são e o começo da inadiável reforma tributária que o País deverá adotar, como solução para eliminar ou reduzir a possibilidade dos entes federados entrarem em atrito com a concessão de benefícios sem consulta aos demais.

"O STF, na verdade, tem contribuído bastante para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, ao derrubar e impedir irregularidades perpetradas por governos estaduais que não respeitam a legislação vi-

**Saiba mais**

**>> Pertinência**

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) reconheceu que a campanha comemorativa dos 45 anos da ZFM está correta. A campanha ressaltou a importância do modelo para a preservação da floresta amazônica. Na análise, o Conar verificou os critérios de veracidade e pertinência.

gente no País e atuam em total desacordo com as normas estabelecidas no Confaz", opina Athaydes Félix.

Já o presidente do Ciem, Wilson Périco, afirma que o Amazonas cumpre a legislação e as leis para fortalecer a base industrial instalada. "Dentro da legalidade e das normas vigentes, incrementa o desenvolvimento das atividades econômicas de reduzido impacto ambiental e social, incentivando novos ramos de grande potencial econômico, seja na indústria dinâmica, que emprega tecnologia de ponta, seja na modernização e dinamização da indústria tradicional de sustentabilidade ambiental", disse.

## Reestruturação

# Justiça decretada falência da Gradiente

A IGB Eletrônica (ex-Gradiente) informou que foi publicada uma decisão que decretou sua falência, de acordo com comunicado enviado ao mercado ontem, segundo a Agência Reuters

A empresa disse que já tomou todas as medidas judiciais cabíveis e já requereu a reconsideração do despacho, com a desconstituição da falência.

Numa articulação político-jurídica de Eugênio Staub, a IGB Eletrônica arrendou a marca Gradiente para a CBTD no ano passado para levantar recursos e pagar credores em seu programa de reestruturação.

A CBTD tem o controle dividido, sendo que 60% pertencem ao Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Enseada, que tem como cotistas os fundos de pensão Petros e Funcef, a Agência de fomento do Estado do Amazonas (Afeam) e a Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda.

Os demais 40% pertencem à Holding dos Acionistas da Gradiente (HAG), criada para abrigar os 2 mil acionistas da IGB Eletrônica.

A Gradiente foi uma das grandes empresas do setor eletroeletrônica da Zona Franca de Manaus (ZFM) no idos de 1980, ao lado da Sharp.

## Rogério Pina

### Fazendo pouco...

No lançamento dos voos da American Airlines no Palácio Rio Negro, a maior autoridade presente era o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira – evidenciando a importante ligação entre Manaus e os Estados Unidos. Nem dona Oreni Braga, secretária da Amazonastur, apareceu por lá. Depois falamos de Turismo como importante ferramenta da economia do Estado.

## Contexto

### **COSTISTA**

Sem ter gerado emprego ou se estabelecido em Manaus, a IBG Eletrônica (Gradiente) decretou ontem sua falência. A empresa tem como cotista a Afeam, que investiu R\$ 17 milhões na sua volta ao mercado. A IBG arrendou a marca Gradiente para CBTD no ano passado para levantar recursos e pagar a credores.

### Entidades empresariais repudiam ataque à ZFM

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Representantes empresariais da indústria amazense reagiram, ontem, com indignação aos ataques promovidos pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, contra o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM).

Em artigo publicado na última terça-feira, no jornal "O Estado de São Paulo", Fernando Figueiredo questionou a viabilidade e a importância da ZFM, que é um dos principais polos de desenvolvimento da

região, responsável pela geração de quase 120 mil empregos diretos.

Ele chegou a classificar a ZFM como um "caso mais clássico de desvirtuamento do sistema de estímulos fiscais no Brasil", que se transformou "em base para vendas no mercado nacional à base de eternos subsídios garantidos pelos governos federal e estadual".

Os ataques do presidente da Abiquim foi uma reação a uma manifestação do Estado do Amazonas, que se manifestou a favor de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que aprovou uma súmula vin-

culante sobre a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para projetos de desenvolvimento industrial.

Ele pediu, inclusive, que o STF cancele a Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 69, que tem por objetivo eliminar a "guerra fiscal" entre os Estados brasileiros, e deixe o Poder Legislativo dos Estados atuar na disciplina do assunto.

"A Suprema Corte tem derrubado a concessão de incentivos sem amparo legal e quer estabelecer um rito jurídico sumário para estes casos", respondeu o presidente em exercício

da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Athaydes Marino Félix.

Conforme destacou o dirigente da Fieam, os incentivos do ICMS somente podem ser concedidos pelo Estado se aprovados de forma unânime pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Esse instrumento também foi "atacado" por Fernando Figueiredo em seu artigo.

Athaydes Félix destacou que, ao se posicionar contra o STF e a ZFM, a Abiquim defende os interesses de poucos em detrimento da maioria e ajuda a criar uma instabilidade jurídica prejudicial aos investimentos.

### Postura do STF elogiada

Athaydes Mariano Félix ainda elogiou a postura do STF que, segundo ele, tem contribuído para aperfeiçoar as instituições democráticas e impedir irregularidades perpetradas por governos estaduais que não respeitam a legislação vigente no país.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, enfatizou que

o Amazonas tem respeitado o cumprimento da legislação para fortalecer a base industrial instalada no Estado.

Os "ataques" contra a ZFM do presidente da Abiquim ocorrem em um momento que o país discute a reforma tributária que o país deve adotar para evitar atritos e a guerra fiscal entre as unidades da Federação.



## Amazonas

# Déficit supera valor de US\$ 1 bi

**LUANA GOMES**

Especial EM TEMPO

O Amazonas registrou, no último mês, o pior déficit da balança comercial, com um saldo de US\$ 1,17 bilhão, conforme dados divulgados, ontem, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

No quinto mês do ano, as vendas para o exterior resultaram em cifras de US\$ 88,85 milhões para o Estado, enquanto os itens importados facilitaram o desembolso na ordem de US\$ 1,26 bilhão.

Ainda assim, houve um aumento de 21,52% no número de produtos exportados, quando comparado ao mês

imediatamente anterior, que apresentou a primeira queda na rotina de crescimentos estipulada em 2012. No período, houve retração de 6,10% nas cifras, em relação a março, com US\$ 73,11 milhões ante US\$ 77,86 milhões.

Em comparação a igual período do ano anterior, as exportações tiveram avanço de 20,74%, enquanto as importações conseguiram alta de apenas 10,62%, em relação a maio de 2011:

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, ponderou que o efeito da valorização do dólar deve ser sentido apenas no segundo semestre, tendo em vista que

### BALANÇO

**No quinto mês do ano, as vendas para o exterior resultaram em cifras de US\$ 88,85 milhões para o Estado, enquanto os itens importados representaram o desembolso de US\$ 1,26 bilhão**

os dados contabilizados de malo somam registros de pedidos feitos antecipadamente. "Tudo que as indústrias importam fica em crédito há mais de 70 dias", apontou.

Périco disse que, assim como a taxa cambial, as me-

didias impostas pelo governo, como a elevação do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), influenciarão a melhora competitividade no mercado interno, para, em seguida, resultarem em interferências no mercado externo, especialmente quando há necessidades de outras medidas para auxiliar na exportação, como a redução da carga tributária.

De acordo com o responsável pelo departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Moacyr Bittencourt, as barreiras comerciais impostas pela Argentina também prejudicaram a balança do Amazonas.

## Gradiente

### **CABE RECURSO** **IGB Eletrônica, ex-** **Gradiente, anunciou que** **teve falência decretada**

A IGB Eletrônica (ex-Gradiente) informou que foi publicada uma decisão que decretou sua falência, de acordo com comunicado enviado ao mercado ontem. A empresa disse que já tomou todas as medidas judiciais cabíveis e já requereu a reconsideração do despacho, com a desconstituição da falência. A IGB Eletrônica, que arrendou a marca Gradiente para a CBTD no ano passado para levantar recursos e pagar credores em seu programa de reestruturação, segundo o Jornal O Globo. A CBTD tem o controle dividido, sendo que 60% das ações pertence ao Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Enseada.

## Opinião

### Omissão e desarticulação

Em seu segundo ano de Senado, Braga nada fez de excepcional pelos interesses do Estado que representa. Ausentou-se das discussões e votações de matérias vitais para sobrevivência da ZFM e omitiu-se na mobilização e articulação da bancada pra defesa conjunta do Estado e da região.

\*\*\* \*\* \*

### Pífia e anódina

Com Vanessa e Alfredo no Senado, e uma bancada de deputados, quase todos despreparados, sem desejo nem compromisso de participação, Eduardo lidera a representação mais pífia e anódina de toda a história republicana.



## Dilma empresta R\$ 10 bi a estados

### Governadores se reuniram com ela, para discutir os investimentos

Representantes dos 27 estados chegaram ao Palácio do Planalto, em Brasília, para uma reunião com a presidente Dilma Rousseff. No encontro, que está sendo organizado pelo Ministério da Fazenda, Dilma deve discutir investimento nos estados, segundo assessoria da Presidência.

Vinte e três governadores foram à reunião. No lugar dos titulares, vieram os vice-governadores Guilherme Afif Domingos (São Paulo), Rômulo José de Gouveia (Paraíba), Antonio José de Moraes Souza Filho (Piauí) e Airton Gurgacz (Rondônia). Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional e Michel Temer, vice-presidente da República, também chegaram para a reunião.



## Liberação da baba

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, Ideli Salvatti (Relações Institucionais), José Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho devem participar do encontro. Dentre outros assuntos, a presidente discutiu a liberação de crédito. Em entrevista ao Jornal das Dez, da Globo News, na quarta-feira (13), Mantega anunciou que o governo federal ia oferecer uma linha de crédito especial para financiamento de obras e projetos, a fim de aumentar o

investimento dos estados.

O ministro afirmou esperar que os estados "participem mais do esforço de investimento governamental". "Eles terão uma linha de crédito de fácil acesso para financiar seus programas de investimento, metrô, mobilidade urbana, saneamento, aquilo que eles acharem prioritário para os estados", afirmou durante a entrevista. Em outra entrevista, ao jornal "O Globo", Guido Mantega afirmou que o montante a ser liberado poderá chegar a R\$ 10 bilhões.

## PIB de 0,2% foi o motivador

A oferta de crédito aos estados faz parte do esforço do governo em aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) do país. No começo do mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que a economia brasileira cresceu apenas 0,2% no primeiro trimestre (de janeiro a março) de 2012 em relação os três últimos meses de 2011. Pouco dias após o anúncio do PIB, a presidente Dilma chegou a

afirmar que o Brasil está preparando uma "política procíclica de investimento".

"O Brasil também está se preparando para ter, diante do acirramento das crises e de processos recessivos na economia internacional, uma política procíclica de investimento", disse Dilma em 4 de junho durante discurso no Palácio do Itamaraty, por ocasião da visita do rei da Espanha, Juan Carlos.



## Dilma empresta R\$ 10 bi a estados (continuação)

# Investimentos farão país crescer

A presidente Dilma Rousseff afirmou na segunda-feira (4) que os investimentos em infraestrutura farão o Brasil crescer. Sem citar diretamente o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) divulgado na sexta (1º), que mostrou crescimento de apenas 0,2% no primeiro trimestre, a presidente afirmou que o Brasil está se preparando para “uma política procíclica de investimento”.

“O Brasil também está se preparando para ter, diante

do acirramento das crises e de processos recessivos na economia internacional, uma política procíclica de investimento. Nós temos imensas oportunidades, tanto na área de infraestrutura, transporte energia e telecomunicação, como também na relação associada entre o Brasil e Espanha, no sentido de promover a cooperação, inovação e pesquisa”, disse a presidente em discurso no Palácio do Itamaraty, ao lado do rei da Espanha, Juan Carlos I.

## Desenvolvimento econômico



Segundo a Presidência, que não divulgou o teor da reunião, participaram os ministros Guido Mantega (Fazenda), Fernando Pimentel (Desenvolvimento), Miriam Belchior (Planejamento), Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. Durante seu discurso no Palácio do Itamaraty, a presidente voltou a afirmar que “a saída da crise [internacional] passa fundamentalmente pelo desenvolvimento econô-

mico e distribuição de renda”.

“Tal esforço não é compatível com a paralisia, nem tampouco é incompatível com a necessária busca do equilíbrio macroeconômico, mas a retomada do crescimento em nível global não pode depender apenas de medidas dos países emergentes. Em um momento de crise é fundamental insistir em uma ação coordenada e solidária entre todos os atores da economia mundial, em especial, uma ação coordenada e solidária entre os próprios países da Europa”, disse Dilma.